

A ATUAÇÃO DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE ESTUDANTES, DOCENTES E SERVIDORES EM PROL DA REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NO ANO DE 2023

Paula Trajano de Araújo Alves

Doutoranda em Ensino (IFCE) e professora (SEDUC)

E-mail: paula.trajano15@gmail.com

Solonildo Almeida da Silva

Doutor em Educação (UFC) e professor (IFCE)

Email: solonildo@ifce.edu.br

Sandro César Silveira Jucá

Doutor em Engenharia Elétrica (UFC) e professor (IFCE)

Email: sandrojuca@ifce.edu.br

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar a atuação de três entidades representativas de classe que, no contexto de remodelamento do Novo Ensino Médio discutido no governo do presidente Lula no ano de 2023, posicionaram-se contra a reforma: UBES, ANDES e SINASEFE. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa do tipo documental e utilizou como fontes as páginas eletrônicas do Ministério da Educação e das três instituições citadas anteriormente. Foram analisadas imagens, notícias e documentos dessas entidades referentes ao período de fevereiro de 2023 a fevereiro de 2024. Constatou-se que as entidades se posicionaram ativamente a favor da revogação do Novo Ensino Médio argumentando que a reforma é excludente, promove desigualdade, precariza o currículo e desvaloriza a escola. Observou-se também a tentativa do governo de mitigar as críticas e ajustar a reforma para evitar a perda de capital político.

Palavras-chave: Sociedade Civil. Política Educacional. Novo Ensino Médio.

Introdução

O Novo Ensino Médio é uma política educacional voltada para reestruturação da etapa escolar de Ensino Médio no Brasil. As discussões sobre a necessidade de reforma dessa etapa escolar ganharam força desde a publicação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024) que em sua Meta 3 apresenta como estratégia “institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio” (Brasil, 2014). Nesse sentido no ano de 2016, governo do então presidente interino Michel Temer (2016 - 2019), foi apresentada uma Medida Provisória (MP) visando reestruturação do Ensino Médio por meio de aumento de carga horária e flexibilização do currículo. No ano seguinte essa MP foi convertida na Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017) oficializando a flexibilização curricular e a implementação de itinerários formativos.

A partir de então a implementação do Novo Ensino Médio começou a ser planejada para ocorrer de forma gradual, e na gestão do governo Bolsonaro (2019 - 2022) o Novo Ensino Médio começou a ser implementado nas escolas de todo o país. A transição completa deveria ocorrer até 2024, quando todas as escolas deveriam estar adaptadas ao novo formato. Porém em 2023, início do governo Lula (2023 - atual) houve a suspensão da implementação da reforma para consulta pública e consequente remodelamento, o que finalmente ocorreu na data de 31 de julho de 2024, por meio da Lei 14.945 (Brasil, 2024).

Os embates sociais entre as entidades de classe e o Ministério da Educação, já vinham acontecendo desde 2017 mas se intensificaram a partir de 2022 quando iniciou a efetiva implementação nas escolas de todo Brasil. Percebeu-se, na prática, que muitos pontos do Novo Ensino Médio promoveram a precarização do currículo e da atividade docente ao mesmo tempo em que apontava para um ensino mercantilista e limitado. Se por um lado esses argumentos foram ressaltados por alguns grupos organizados, por outro há entidades que defenderam a essência do modelo então vigente, alegando a necessidade de mudança na melhoria da qualidade da etapa de Ensino Médio, visto que essa fase escolar precisaria estar articulada com as demandas atuais da sociedade; onde se requer flexibilidade (característica essa justamente criticada por grupos que pedem a revogação).



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Diante do debate, o governo Lula da Silva (2023 – atual) logo no seu primeiro semestre de governo, iniciou uma consulta pública ouvindo intelectuais e sociedade civil acerca do Novo Ensino Médio. O objetivo geral era aprimorar a reforma e garantir uma política educacional socialmente justa e de qualidade. Considerando esse cenário, o objetivo desta pesquisa foi analisar a atuação de algumas entidades representativas de classe que atuaram de forma mais destacada em favor da revogação total da política do Novo Ensino Médio. Para essa finalidade foi traçado um panorama de atuação desses grupos acerca da polêmica reforma, explorando o contexto de atuação e a relevância de cada uma dessas entidades coletivas na luta pela revogação do Novo Ensino Médio.

Metodologia

De acordo com o objetivo pretendido, este estudo classifica-se como pesquisa exploratória, pautando-se pela abordagem qualitativa dos dados, visto que pretendeu-se conhecer o posicionamento dos grupos que atuaram de modo enfático a favor da revogação do Novo Ensino Médio. Já em relação aos procedimentos de coleta, estamos diante de uma pesquisa do tipo documental. A caracterização como pesquisa documental dar-se pelo fato deste estudo ter como objeto de análise dispositivos legais produzidos por organizações que dialogam com a temática aqui abordada (Marconi e Lakatos, 2017).

A principal fonte de pesquisa foi a página eletrônica do Ministério da Educação (<https://www.gov.br/mec/pt-br>) a fim de identificar as possíveis relações ocorridas entre o referido órgão e os movimentos coletivos de luta em torno da reforma do Ensino Médio. O estudo considerou imagens, informes, notícias e documentos publicizados no período de fevereiro de 2023 a fevereiro de 2024 e relatórios que indicaram a participação das entidades em reuniões com o MEC diretamente acerca do Novo Ensino Médio. Após a identificação dos grupos procedeu-se uma pesquisa nos próprios canais oficiais das entidades, bem como em jornais digitais de circulação nacional onde foi publicizada a posição oficial desses grupos acerca do Novo Ensino Médio.

Neste estudo escolheu-se analisar a atuação de grupos que tiveram contato direto



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

com o MEC acerca do Novo Ensino Médio e que representam categorias diversas de agentes envolvidos na reforma, tais como alunos, professores e servidores. Considerando esse contexto, a seguir discorre-se sobre os grupos que se posicionaram defendendo a total revogação da política do Novo Ensino Médio.

A atuação de grupos organizados em torno da revogação do Novo Ensino Médio

Muitas organizações de classe manifestaram-se ativamente pedindo a completa revogação da política do Novo Ensino Médio. Dentre os movimentos que se manifestaram publicamente nesse sentido podemos citar a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). Considerando a destacada luta e relevância no cenário midiático relacionado ao assunto, apresentaremos a seguir a atuação de cada um desses grupos na luta em prol da revogação. UBES, ANDES e SINASEFE são entidades que representam, respectivamente, as categorias de alunos, professores e servidores. Esses grupos foram citados oficialmente pelo MEC como tendo contribuído com sugestões no período da consulta pública, no caso das entidades ANDES e SINASEFE o próprio documento (Brasil, 2023) cita que o MEC se reuniu diretamente com esses grupos a fim de discutir o assunto e coletar sugestões.

Já a UBES atua no contexto representativo estudantil do ensino fundamental, médio e técnico. Foi oficialmente fundada no ano de 1948 e juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE) lideram as reivindicações dos estudantes perante as autoridades brasileiras. Na luta pela revogação do Novo Ensino Médio a UBES participou ativamente tanto com manifestações de rua quanto manifestações escritas no formato de repúdio à implementação do Novo Ensino Médio. No mês de fevereiro de 2023, ou seja, antes do governo abrir a consulta e suspender a implementação do Novo Ensino Médio a UBES, por meio de artigo em sua página eletrônica, já alertava:



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Após seis anos, os frutos de um projeto elaborado sem qualquer diálogo com os diversos setores da educação são desastrosos para a juventude brasileira, acentuando a desigualdade e precarizando o ensino público. Por isso, somos a favor da **REVOGAÇÃO IMEDIATA DO NOVO ENSINO MÉDIO E DA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA LEI QUE DIALOGUE COM A REALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA** (UBES, 2023, *online*, destaque do autor).

Em seguida, na mesma nota, a entidade completou: “Nós, enquanto movimentos sociais, organizados pela sociedade-civil, não podemos parar um dia sequer até que o Novo Ensino Médio seja REVOGADO”. Em resumo os estudantes alertavam que a reforma em curso provoca a precarização do ensino e desmonta a educação escolar por meio da fragilização do currículo. Portanto, a posição do grupo organizado foi clara desde o início em relação ao que se desejava sobre a atual reforma educacional. Além dessa carta a entidade divulgou outras notas afirmando seu posicionamento e reforçando com argumentos a necessidade de revogação da reforma em curso. Houve também participação da entidade como liderança em atos de rua, por exemplo a mobilização nacional ocorrida na data de 15 de março com atos em todo país. A Figura 1, a seguir, mostra a manifestação ocorrida no Rio de Janeiro.

Figura 1 – Estudantes protestam contra o Novo Ensino Médio.



Fonte: Site da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Disponível em <https://www.ubes.org.br/2023>.



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Manifestações desse tipo ocorreram também no mês de agosto, já após a realização da consulta pública. “Para a UBES é urgente que a Lei que prevê o Novo Ensino Médio seja revogada, e isso pressupõe a construção de uma nova” (UBES, 2023, p.2). Portanto, a posição do movimento estudantil sempre foi enfática em defesa da revogação total. É importante ressaltar que a proposta do MEC divulgada no mês de agosto de 2023 não agradou o referido movimento estudantil, sendo assim os estudantes continuam ressaltando a importância da revogação, inclusive sendo essa uma das pautas de luta efetiva dos estudantes em 2024, ano em que ocorreu a Conferência Nacional de Educação (CONAE)¹.

Nesse mesmo sentido, de luta pela revogação total do Novo Ensino Médio, atuou o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Entidade sindical brasileira que representa os professores de ensino superior, ensino básico, ensino técnico e ensino tecnológico. Desde o mês de março de 2023 que a referida organização se manifestou oficialmente pedindo a revogação dessa nova política curricular, instituindo o “Dia Nacional de Mobilização pela Revogação do Novo Ensino Médio”, na data de 15 de março. Já no período da consulta a ANDES se reuniu diretamente com o MEC e se posicionou destacando os prejuízos para a educação causados pela implementação do Novo Ensino Médio. Na ocasião, a presidente da entidade, Rivânia Moura, argumentou:

Sabemos que têm outros projetos tramitando, tem proposta de "melhorar" esse novo ensino médio, mas para nós ele não tem conserto porque faz parte de uma proposta que favorece o mercado, o ensino privado e a destruição da possibilidade, inclusive, de acesso à Universidade para classe trabalhadora mais pobre. Existem diversas questões que, para a gente, são incompatíveis em pensar em ajustar nessa proposta. Por isso, nós deixamos muito evidente, muito explícita e muito forte a nossa luta pela revogação do Novo Ensino Médio (ANDES, 2023a, online).

¹ O CONAE 2024 foi realizado nos dias 28 a 30 de janeiro de 2024, em Brasília (DF). A referida conferência defendeu a revogação total do Novo Ensino Médio.

O sindicato situa a política do Novo Ensino Médio como mais um ataque à escola pública. Para a entidade está muito clara a intenção de favorecer o mercado privado e isso trará consequências irreparáveis para os estudantes da classe trabalhadora que terão dificuldades de acessar a universidade. A entidade ANDES emitiu várias notas oficiais repudiando o Novo Ensino Médio e convocando as seções sindicais de todo o Brasil para participarem dos atos de rua em prol da revogação. Por ser uma organização social que representa os professores, a ANDES ressalta os prejuízos do Novo Ensino Médio para a categoria docente, alertando sobre a precarização da referida atividade causada por essa reforma.

Assim como a UBES, a ANDES também não ficou satisfeita com a proposta do MEC; inclusive no mesmo dia em que a pasta do governo anunciou os resultados da consulta a entidade convocou, via Carta Circular nº 246/2023 (ANDES, 2023b), todas as frentes sindicais da educação para realização de atos que ocorreriam no dia seguinte à divulgação oficial da proposta de renovação elaborada pelo MEC e com base na consulta. Conforme organizado e convocado, as manifestações ocorreram nos dias 09 e 10 de agosto em frente à sede do MEC em Brasília, como mostra a Figura 2, a seguir.

Figura 2 – Participação do sindicato ANDES no Ato Nacional em Defesa da Educação Pública ocorrido em 09 de agosto de 2023.



Fonte: Site ANDES. Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/>



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Na ocasião, o representante do sindicato se reuniu com representantes do MEC e justificou o ato afirmando que não houve sinalização de uma revogação completa do NEM, a entidade considerou a proposta do MEC como “revoguinho” (ANDES, 2023, online). Dessa forma, o referido grupo organizado de professores continua protestando com o objetivo de revogação total do Novo Ensino Médio, justificando que mesmo após a proposta articulada pelo MEC, a reforma continua maléfica para a educação pública em geral.

O SINASEFE, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, também defende a revogação da reforma. Para essa organização “a Contrarreforma do Ensino Médio realizada como primeiro ato do governo golpista de Michel Temer representa um ataque ao direito dos filhos e das filhas da classe trabalhadora e à cultura humana em geral” (SINASEFE, 2023a online).

Em carta divulgada no mês de março de 2023 o SINASEFE apontou uma questão crucial acerca do Novo Ensino Médio ser prejudicial à educação dos filhos da classe trabalhadora: “Convém salientar que nenhuma escola particular, destinada aos filhos e filhas das classes mais ricas, adotou algum dos itinerários formativos. Isso é um sinalizador dos efeitos que o Novo Ensino Médio terá na manutenção das desigualdades sociais” (SINASEFE, 2023a, p.1). Ao longo de todo o ano de 2023 o SINASEFE manifestou-se ativamente em prol da revogação da reforma do Ensino Médio, inclusive se reunindo diretamente com o MEC no período da consulta. Além de comunicados escritos, a entidade declarou e reafirmou sua posição realizando muitos atos de rua, formações para professores e cursos de extensão acerca do Novo Ensino Médio.

Sendo uma organização de servidores federais, o SINASEFE destacou, ao longo das suas manifestações, a importância do Ensino Médio integrado como etapa final da Educação Básica, portanto essa etapa não pode negativamente repercutir na vida dos estudantes da classe trabalhadora. Além disso, para a referida entidade, é preocupante o fato da omissão do termo “integrado” no relatório do MEC, ou seja, segundo o SINASEFE o termo “Ensino Médio Integrado” não chega nem a ser mencionado na proposta.



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Após a divulgação do relatório do MEC (BRASIL, 2023b) apresentando os resultados da consulta pública e apontando a proposta de mudança o SINASEFE se posicionou afirmando:

Para o SINASEFE, à primeira vista, o material apresentado mostra avanços significativos, mas também limitações bastante preocupantes. Logo, a mobilização pela revogação do ‘Novo’ Ensino Médio (NEM) segue como uma prioridade. Para o sindicato nacional, o NEM é uma contrarreforma, devido ao seu caráter retrógrado e sua forma autoritária de implantação. Dessa forma, os resultados da consulta pública não podem se limitar a alterações de regulamentações sem revogar a Medida Provisória nº 746/2016, transformada na Lei nº 13.415/2017, medidas filosoficamente e pedagogicamente irremediáveis (SINASEFE, 2023b, online).

Portanto, esse sindicato de servidores federais continuou protestando e esclarecendo que a proposta do MEC para o ensino de nível médio continua sendo precária e excludente para os estudantes. “Enquanto a atualização efetiva do Ensino Médio não acontece, o sindicato nacional seguirá na defesa da revogação do NEM, já que os prejuízos para os(as) estudantes continuam e se agravam” (SINASEFE, 2023b, online)

No mês de setembro de 2023, o SINASEFE, juntamente com a UBES, realizou um ato público na Câmara dos Deputados em Brasília. Os grupos reforçaram com os deputados e com a imprensa a necessidade de reverter os efeitos da reforma, uma vez que o MEC enviará a proposta para a referida casa legislativa e lá os deputados terão o poder de aprová-la ou não. Portanto, o SINASEFE, assim como a UBES e a ANDES continuaram defendendo que a revogação total do Novo Ensino Médio seria a única alternativa para o país barrar as injustiças e consequências desastrosas causadas pela reforma ainda vigente.

Considerações finais

Após a efetiva implementação do Novo Ensino Médio no ano de 2022 a polêmica em torno da reforma se intensificou. Por um lado, organizações sociais se movimentaram



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

enfaticamente em prol da revogação total do modelo vigente argumentando que esse modelo educacional é essencialmente excludente, gera desigualdade, precariza o currículo e desvaloriza a escola; além disso privilegia a iniciativa privada ao oficializar o ensino remoto e extraescolar como possibilidade de integração curricular.

Analisando a atuação de cada grupo percebe-se que houve um embate político e ideológico muito claro entre vários grupos que se orientaram por objetivos educacionais diferentes; assim como também é perceptível a tentativa do MEC de administrar essas reclamações tentando condensar as propostas em algo que agrade minimamente as partes envolvidas, assim evitando desgaste de seu capital político tão necessário para a governabilidade. Enquanto isso, os gestores, professores e alunos aguardavam uma decisão para se adaptarem sistema educacional de acordo com o modelo estabelecido pelo MEC. A incerteza e a desorientação pairaram no dia a dia desses três agentes principais até o mês de julho de 2024, onde foi, enfim, sancionada a reforma do Novo Ensino Médio, ou seja, a reforma da reforma do Ensino Médio.

É importante ressaltar ainda que muitos grupos atuaram em diversas frentes na luta por revogação do Novo Ensino Médio e não foi objetivo deste estudo esgotar a discussão apresentando todos as entidades de classe envolvidas nesse contexto, mas sim apresentar uma síntese dos grupos representativos que ganharam destaque no cenário em prol da revogação.

Agradecimentos

Este estudo foi elaborado com apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ceará (FUNCAP/CE) por meio da concessão de bolsa de incentivo estudantil e apoio por meio da Chamada Universal Nº 06/2023.

Referências

ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **ANDES-SN participa de reunião no MEC para discutir o Novo Ensino Médio**. 2023.

Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aANDES>. Acesso em 29 fev. 2024.

ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 246/2023**. Brasília (DF). 2023. Disponível em

<https://www.andes.org.br/midias/downloads>. Acesso em 28 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Diário Oficial da União. Edição 147. Seção 1, p.5. Brasília, DF, 01 ago. 2024. Disponível em

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.945-de-31-de-julho-de-2024-575696390>. Acesso em 17 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm . Acesso em: 20 ago. 2024..

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação: 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm . Acesso em: 20 AGO. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sumário Executivo do Relatório da Consulta Pública do Ensino Médio**. Brasília. 2023. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao.pdf>. Acesso em 29 fev. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas. 2017.

SINASEFE. Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. **Nota Oficial: Revoga Novo Ensino Médio Já!** Brasília/ DF. 2023a. Disponível em <https://sinasefe.org.br/site/nota-do-sinasefe-revogar-o-novo-ensino-medio-nem-ja/>. Acesso em 29 fev. 2024.

SINASEFE. Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. **MEC divulga resultados de consulta sobre o NEM**. 2023b. Disponível em <https://sinasefe.org.br/site/mec-divulga-resultados-de-consulta-sobre-o-nem/>. Acesso em 29 fev. 2024.

UBES. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. **Nota da UBES sobre resultado da consulta pública do NEM**. 2023. Disponível em <https://www.ubes.org.br/ubesnovo>. Acesso em 28 fev. 2024.



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

UBES. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. **Reconstruir a escola pública é reconstruir o Brasil:** pela revogação do Novo Ensino Médio. 2023. Disponível em <https://www.ubes.org.br/2023/artigo-reconstruir-a-escola-publica-e-reconstruir-o-brasil-pela-revogacao-do-novo-ensino-medio/> Acesso em 16 ago. 2024.